

INCLUSÃO ESCOLAR: UM OLHAR HISTÓRICO E UM CAMINHO DESAFIADOR

MORAIS, Irenice Batista de¹
RU2782499
RICETTI, Rogeria Maria²

RESUMO

Sabe-se que a interação social é imprescindível ao ser humano e a sua inclusão na sociedade torna-se vital para o seu desenvolvimento, considerando a troca de vivências e experiências e assim, a aquisição de conhecimentos. Baseando-se neste contexto, pretende-se abordar a história da inclusão escolar e os desafios que foram e ainda são encontrados para inserir pessoas com deficiência tanto na vida escolar quanto na vida social. Em vista que, o caminho para a inclusão é árduo, pois depende de fatores como o trabalho escolar para acolhimento e acompanhamento de alunos de inclusão, o apoio familiar, a inserção no mercado de trabalho, entre outros. Considerando-se o contexto histórico e as legislações, que amparam a inclusão de pessoas deficientes tanto no ambiente escolar quanto em outros setores, muito já foi e tem sido feito para que isso seja uma ação concreta e efetiva. Assim, desenvolveu-se o trabalho por meio de pesquisa bibliográfica e concluiu-se que a inclusão se trata de um processo que precisa ser moldado e ampliado, através de um trabalho colaborativo entre corpo escolar e familiar, a fim de ser adequadamente concretizado.

Palavras-chave: Inclusão escolar. Interação social. Sociedade.

1. INTRODUÇÃO

As mudanças sociais ao longo dos tempos impactaram no pensamento que se tinha sobre a inclusão e posteriormente, na forma de introduzir as pessoas julgadas como “anormais” em diversos setores sociais, como o ambiente educacional. Desta forma, levantou-se a seguinte problematização: quais foram as mudanças e desafios ocorridos na sociedade que favoreceram a obrigatoriedade da inclusão escolar. Assim, pretende-se abordar o processo histórico acerca da inclusão escolar e social. Bem como, identificar os desafios que foram e são

¹ Aluna do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 6º Semestre, 2021.

² Professora Orientadora no Centro Universitário Internacional UNINTER. Graduada em Pedagogia (UFPR), Especialista em EAD (UFPR) e Mestre em Educação com especialização em Tecnologias na Educação (UNINI/EUA).

encontrados no processo de inclusão escolar e social. Além de, propor iniciativas que podem ser tomadas para que a inclusão escolar e social seja de fato colocada em prática.

Para isso, o artigo desenvolveu-se por meio de pesquisa bibliográfica: leitura de livros, artigos científicos e publicações em revistas, que abordam os aspectos já citados, por serem fundamentais para a compreensão acerca da inclusão tanto social quanto educacional.

Tornou-se necessário investigar o passado para entender o presente. A partir da abordagem sobre a forma de tratamento, que era atribuída aos deficientes e como ela foi repensada para que a realidade destas pessoas mudasse. Embora, torna-se viável reconhecer que a segregação ainda não foi excluída da vida atual.

Então, o tema inclusão deve ser constantemente discutido, pois faz parte do cotidiano de todos, em vista que, o ser humano precisa interagir com o outro, para que tenha consciência do seu papel na sociedade. Para que, todos tenham as mesmas oportunidades, sem sofrerem preconceitos.

Pode-se considerar que a escola é o lugar comum a todas as pessoas, para que haja esse processo. Por isso, deve ser inclusiva, de modo que o aluno possa ser reconhecido e valorizado, sem sofrer preconceitos. Também, deve proporcionar situações para ele se desenvolva como um ser pensante.

Assim, a educação especial precisa ultrapassar os limites da sala de aula e se expandir para outros setores de convívio social, de modo que, sejam respeitadas as capacidades e limitações dos deficientes e pessoas que tenham transtornos de aprendizagem.

Precisa-se conhecer a história da inclusão, quais foram as mudanças e os desafios ocorridos na sociedade que favoreceram a obrigatoriedade da inclusão e de que forma ela foi inserida no ambiente escolar e na vida social, a fim de, compreender e ver com um olhar mais amplo, quais são as ações que podem ser feitas para uma convivência totalmente inclusiva.

Por isso, o artigo divide-se em duas partes: a história da inclusão (da segregação até as transformações da sociedade, dando início à inclusão) e as ações pedagógicas na Educação Especial, que se tornam necessárias para a efetivação da inclusão em todos os setores da sociedade.

2. UM OLHAR HISTÓRICO: DA SEGREGAÇÃO À INCLUSÃO

Alguns autores dizem que é necessário evoluir, no sentido da educação inclusiva, conforme Rodrigues, Capellini e Santos (2014), a exclusão ainda não acabou, é necessário aprimorar os conhecimentos e a busca pela inclusão de maneira igualitária e com qualidade. Sendo assim, a ação de ensinar sempre esteve presente desde a Antiguidade, pois já havia a consciência de organização entre os povos, cada um possuía suas funções na sociedade, mas os deficientes eram considerados “inúteis”, ou seja, incapazes de fazer qualquer coisa.

As pessoas com necessidades especiais sempre existiram, e ainda continuam existindo, a diferença está no atendimento que se dá aos indivíduos com necessidades especiais nos dias de hoje. Na Antiguidade os indivíduos que apresentavam algum tipo de deficiência eram considerados “loucos”, “endemoniados”. O autor Silva (1998) cita falas de Sêneca (4 a.C.- 65 d.C.) apresenta descrições de como se dava o tratamento para os indivíduos que nasciam com “defeito”, segundo a Lei da XII Tábuas, os romanos tomavam posições drásticas, ou seja,

Matam-se cães quando estão com raiva; exterminam-se touros bravios; cortam-se as cabeças das ovelhas enfermas para que as demais não sejam contaminadas; matamos os fetos e os recém-nascidos monstruosos; se nascerem defeituosos e monstruosos afogamo-los, não devido ao ódio, mas à razão, para distinguirmos as coisas inúteis das saudáveis. (SILVA, 1998, p. 38).

Dessa forma, vemos que no tempo antigo as crianças com deficiências eram descartadas, muitas vezes pela própria família, para elas os bebês eram amaldiçoados e por isso, não mereciam viver.

Conforme os poucos registros sobre o assunto, como os realizados por filósofos como Aristóteles, Platão e Herófilo, as pessoas deficientes eram abandonadas e consideradas sub-humanas e por isso, eram impedidas de socializar e interagir com outras pessoas, ou seja, eram isoladas.

O pensamento em privar a pessoa deficiente do convívio social ainda persiste, muitos são impedidos de frequentar a escola, por resistência dos pais ou responsáveis, os quais têm receio de que o deficiente seja alvo de bullying no ambiente escolar. Além disso, são alvos de agressões verbais, através de palavras, que atualmente, são consideradas ofensivas, tais como: retardado, débil mental,

entre outras. Denominações que foram criadas por especialistas conforme seus estudos de caso e de acordo com o pensamento da sociedade ao longo do tempo.

Com o período contemporâneo os avanços na área de inclusão foram ganhando força e então foram criadas as escolas especializadas que serviam para atender as necessidades especiais dos indivíduos, e assim, de certa forma, inseri-lo na sociedade. Com o surgimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU, 1975), as pessoas com necessidades especiais começaram a ser considerados cidadãos com direitos e deveres. Iniciou-se um grande avanço no sistema de Inclusão, visto as muitas declarações realizadas para a inserção do indivíduo com necessidades especiais dentro de uma sociedade. Foi somente a partir do século XX que a sociedade passou a compreender o conceito de diversidade defendendo o direito de cada um, dentro de suas particularidades e singularidades.

Vários acontecimentos se deram para o que o processo de inclusão fosse ocorrendo no Brasil, baseado em todas as declarações o processo de inclusão foi se difundindo e tomando força para que todos os direitos dos cidadãos com necessidades especiais fossem assegurados. Em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos foi um marco histórico visto que foi a partir daí que os direitos civis e sociais de todo indivíduo foram estabelecidos, independentemente de sua religião, credo, cultura, raça ou sexualidade.

Devido a mudanças ocorridas na sociedade, como a criação de leis para o cumprimento de ações igualitárias condizentes ao bem-estar e a inclusão das pessoas com deficiência e avanços científicos trouxeram uma outra perspectiva, um outro olhar sobre o tema.

De acordo com Mendes (1995), na metade do séc. XX, organizações científicas voltaram-se às *“inter-relações entre definições biológicas, sociais e educacionais”*. Com isso, surgiram leis nas quais julgavam-se casos de deficientes, a fim de, separar quem não era apto a frequentar a escola e assim, encaminhá-lo para o ensino especial.

Marcada pela Conferência Mundial entre representantes e diversos governos, a Declaração de Salamanca (1994) foi um passo importante no processo de inclusão, no qual foi instituído o direito e a inserção de crianças, jovens e adultos com deficiência no sistema regular educacional. Bem como, a implementação de programas educacionais a fim de atender as necessidades de cada indivíduo e

assim, considerar a diversidade de características. Considerando cada pessoa como um ser único e não estereotipado.

A partir destas mudanças, houve avanços para que o processo de inclusão deixasse de ser uma utopia, com leis elaboradas, muitas vezes, não cumpridas. Em vista que, ainda há resistência por parte da sociedade, para inserir pessoas com deficiência em escolas e no mercado de trabalho. Com base no histórico da Inclusão, a Educação Especial é uma modalidade, um processo que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com necessidades educativas especiais, mas está longe ainda de ser o ideal, pois embora os documentos oficiais apresentem argumentos sustentáveis em relação à inclusão, é necessário trabalhar o preconceito e os problemas de falta de estrutura para o desenvolvimento de qualidade do indivíduo com necessidades especiais.

2.1. A SEGREGAÇÃO DOS DEFICIENTES

Sabe-se que nos tempos antigos, havia a separação entre as pessoas consideradas “normais” e “anormais”.

A criança, que nascia com alguma má-formação, era abandonada ou morta por seus pais. Também, existiam casos de discriminação contra deficientes intelectuais; deficiência que, não era perceptível nos primeiros anos do nascimento. Por isso, conseguiam sobreviver. Mas, devido a sua condição intelectual ou física, os deficientes eram, muitas vezes, usados como uma forma de entretenimento por ricos.

A sociedade esses indivíduos pessoas de má índole e chamavam-lhes de débeis, por isso, deveriam ser lançadas à morte. Não existia o exercício da medicina ou das leis que amparasse os deficientes. Assim, o intuito do povo era construir uma sociedade de pessoas, que tivessem o mesmo estereótipo, ou seja, o mesmo padrão.

Na Idade Média, as pessoas deficientes eram excluídas do convívio, pois pairava o pensamento de que eram indivíduos doentes, pessoas incapazes de aprender algo ou ter alguma serventia. Além disso, permanecia a crença de que se tratava de seres possuídos por espíritos malignos e como consequência disso, eram perseguidos, lançados à morte na fogueira, afogados ou presos.

Não há muitos indícios sobre o pensamento de povos antigos com relação à deficiência, mas muitos fatores contribuíram para que os deficientes fossem excluídos do convívio ou até exterminados. Isso, devido à luta pela sobrevivência, já que não conseguiam sobreviver sozinhos e por isso, eram considerados um fardo.

Na Grécia antiga, postulava-se a organização de cidades, por isso, cada cidadão exercia suas tarefas de acordo com suas habilidades. Dessa forma, os deficientes eram excluídos de participar de quaisquer ações em prol da sociedade. Nela, não existiam leis para proteção aos deficientes, por isso, práticas como o abandono, perseguição e morte eram consideradas normais.

Conforme Trancoso (2020) no Antigo Egito, a sociedade apresentava uma visão diferente sobre as pessoas com deficiência, pela convivência, pelas crenças e tradições, que incluía casamentos consanguíneos. Por isso, não exterminavam ou isolavam crianças deficientes. Eram inseridas na sociedade, exercendo funções importantes, constituindo família.

Em outros povos, as práticas eram diferentes. O deficiente era acolhido por escravos ou famílias pobres, mas posteriormente, eram obrigadas a pedir esmolas. Com isso, permanecia a condição de vida degradante e excludente a que era submetido. Diante de tais práticas discriminadoras, o pensamento acerca da conduta desumana sob a qual estas pessoas sofriam, modificou-se ao longo dos tempos.

Pode-se salientar que com o surgimento do Cristianismo, o pensamento acerca dos deficientes começou a tomar outro rumo, em vista que, os olhavam de forma piedosa, como seres habitados por alma, considerados filhos de Deus. Todavia, ainda longe de exercer qualquer dever ou ter algum direito na sociedade. Assim, somente “existiam”.

Muitos eram acolhidos por Igrejas, sob o pretexto de se fazer uma ação caridosa. Por um lado, existia a proteção das Igrejas, por outro, havia a exploração por parte das mesmas. Se caso o deficiente estivesse sob a tutela da Igreja, esta o expunha à sociedade, para que causasse sentimento de pena nas pessoas e em troca, conseguir uma boa quantia de dinheiro. Como também, apossava-se dos bens que o deficiente tivesse. Isto é, a Igreja se favorecia em troca da ajuda.

Segundo Fossi (2010), a segregação poderia ter os dois lados: se tratava de uma forma para evitar a pessoa deficiente e negar quaisquer direitos e privando-lhes de ter uma vida normal. Como também, poderia ser vista como um fator favorável

para que os deficientes pudessem receber assistência, acompanhamento médico, proteção e educação de instituições.

Então, pode-se observar que, essa prática segregadora o aprisionava, o tratava como propriedade, fazia-o como “fantoche”, sem dar-lhe quaisquer escolhas, ao invés de atribuir-lhe uma vida digna, autônoma e sobretudo, vê-lo como um ser humano de fato.

Este tratamento atribuído aos deficientes estendeu-se até a Modernidade, período no qual o homem voltou-se a si próprio. Pensamento que também incluiu o olhar ao próximo.

2.2. O INÍCIO DA INCLUSÃO

A Idade Moderna tornou-se um período de grandes transformações na sociedade. O homem passou a ser compreendido como um ser racional, autônomo e responsável por construir a sua própria vida, ser capaz de fazer escolhas e tomar decisões, enfim, de buscar atingir igualdade e conquistar seu lugar no mundo.

Com estas transformações, no século XX, surgiram instituições de acolhimento para os deficientes, em regime de internato. Mas, ainda assim, eram abandonados por seus responsáveis ou familiares. Não havia interesse em assegurar o convívio familiar, social e educacional para os deficientes. Pode-se inferir que os internatos eram simplesmente depósitos de pessoas, uma alternativa para que estas pessoas fossem recolhidas e banidas aos olhos da sociedade.

Conforme Zanata e Treviso (2016) com o surgimento e aumento de instituições de ensino, pensou-se que acabaria com a segregação e solucionaria problemas relacionados a essas pessoas através da educação especial. Mas, para isso, era fundamental a formação de professores e profissionais capacitados. Então, “em 1871, surge a Associação Americana de Instrutores Cegos, e em 1876, a Associação Americana de Deficiência Mental” (ZANATA e TREVISO, 2016, pág5). No Brasil, a discussão acerca do tema ocorreu em meados dos anos 50. Surgiram o Imperial Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto dos Surdos-Mudos, ambos situados no Rio de Janeiro.

Pode-se também, citar que na década de 20, a educação brasileira passou por reformulações. Assim, proporcionou-se formação para os professores através de especialistas estrangeiros. Essa transformação educacional impulsionou também a

necessidade de se ter a educação voltada para pessoas com deficiência e transtornos de aprendizagem. Por isso, considerou-se um marco na época a criação da Sociedade Pestalozzi, em 1932, no Estado de Minas Gerais. Posteriormente, surgiram instituições privadas e as atenções voltaram-se à educação especial, impulsionadas durante o governo militar. Assim, surgiram as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES).

De acordo com García e Beatón (2004), em meados do século XX, na metade dos anos 60, um fato contribuiu para corroborar com as conquistas dos deficientes. Houve uma preocupação e conscientização internacional com relação ao atendimento educacional às crianças com necessidades educativas especiais. Por isso, por meio de uma iniciativa da Unesco, em 1966, que criou o Programa de Educação Especial no Setor de Educação. A partir disso, aconteceram reuniões periódicas, em 1968, 1979 e 1988 com a presença de especialistas renomados de diversos países, que fizeram sugestões com relação à ação educativa que a Unesco deveria realizar para favorecer os impedidos.

Com o governo democrático, foram criadas a Constituição Federal, de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. As consequências destas conquistas resultaram no direito à educação para todos. A educação especializada voltada para deficientes e com transtornos de aprendizagem recebeu um lugar na legislação, um capítulo no qual destacam-se os direitos e deveres, os quais educadores, educando e sociedade deveriam conscientizar-se, respeitá-los e cumpri-los. A fim de que, a inclusão não fique restrita ao papel e seja de fato colocada em prática.

Segundo Geraldo, Bonassina e Banas (2016), em 1999, “a educação especial foi instituída como modalidade transversal à educação regular”, sendo possível participar desse momento em contraturno, para complementar o ensino regular. Em 2008, surgiu o Atendimento Escolar Especializado (AEE), esse atendimento ofertado na rede regular de ensino, em salas de atendimento multifuncionais ou instituições filantrópicas com o objetivo de trabalhar com esses alunos, atividades diferenciadas que condiz com a sua condição a depender do diagnóstico do indivíduo com necessidades especiais e assim, complementar e suplementar o ensino regular.

Essas ações são efetivadas no ensino público, porém, ainda é necessário reformulações, a fim de que, possam sofrer melhorias para o atendimento dos educandos deficientes e com transtornos de aprendizagem.

3. AÇÕES PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Mesmo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB – Lei nº 9394 de 20/12/96, na qual instituiu-se o direito à educação para pessoas com deficiência, sendo preferencialmente disponibilizado na rede regular de ensino, ainda há um longo caminho a percorrer.

Pode-se pensar que, ainda não há uma inclusão propriamente dita, pois os educandos são matriculados em salas regulares e muitas vezes, não possuem o acompanhamento a que têm direito. Em vista que, as salas de aula dos colégios públicos geralmente são lotadas, não há professores especializados o suficiente para atender a demanda de alunos que necessitam de auxílio na aprendizagem. Considera-se também que, muitos pais e responsáveis esquivam-se da responsabilidade de ajudá-los e acompanhar o desempenho escolar do educando.

A própria percepção da sociedade sobre a inclusão, torna-se um empecilho para que ela aconteça. O deficiente é apenas integrado ao ambiente escolar ou em outros setores sociais e não incluso, porque ainda é visto como alguém “diferente”.

De acordo com Mantoan (2021), precisa-se reconhecer a diversidade cultural, as várias manifestações intelectuais, sociais e afetivas e que a escola tenha uma percepção ética, considerando um ser individual e social.

Ainda, a autora reflete sobre falhas na legislação brasileira acerca da inclusão escolar, pois ainda há discriminação. A concepção de “diferente” não é entendida como “um ser único”, mas pode contribuir para agravar a categorização e a inferiorização dos deficientes:

Problemas conceituais, desrespeito a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preconceitos distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular. Essa são, do meu ponto de vista, grandes barreiras enfrentadas pelos que defendem a inclusão escolar. Tais barreiras objetivam retroceder às posições inovadoras para a educação de alunos em geral. Estamos diante de avanços, mas também de muitos impasses da legislação. (MANTOAN, 2021, p. 38)

Por isso, o sistema educacional deve ser repensado e reestruturado através de ações imprescindíveis para que o processo de ensino-aprendizagem seja satisfatório e portanto, inclusivo. Pode-se pensar na reformulação dos currículos,

nas práticas de ensino, nos métodos de avaliação, na formação de professores e da política educacional. Salienta-se que, o próprio sistema educacional se torna falho, porque não há formação para docentes voltada à educação especial, por isso, muitos docentes preparam-se através de cursos de graduação ou especialização.

Também, a falta de professores especializados impacta no atendimento dos educandos deficientes ou com transtornos de aprendizagem. Em vista que, caberá ao professor regente, sem a formação adequada, realizar este atendimento. Diante de tantos problemas, torna-se inviável que se cumpra a lei, o que está na Constituição Federal e na LDB.

Como salienta Papa, Viégas e Zamor (2015), o aluno não deve ser um “corpo presente” em sala de aula, simplesmente, estar dentro da escola, todavia, deve ser ativo e participativo; desfrutando das mesmas oportunidades que os demais. Para isso, é necessário repensar nas práticas de ensino-aprendizagem, tais como: a adaptação do plano de aula, de forma a atender todos os alunos; elaborar aulas expositivas, proporcionar atividades lúdicas e trabalhos em grupo, promover debates, projetos, entre outras. Como consequência, os alunos podem ser beneficiar por meio da interação, da troca de conhecimentos e estimular o respeito à diversidade entre os educandos. Recebendo desafios, integrando-os a diversos modelos comportamentais para se desenvolver de forma íntegra, completa.

Embora, seja necessário reconhecer que muitas ações foram feitas para incluir os deficientes não somente no ambiente educacional, mas no social. Através do mercado de trabalho, a acessibilidade em vias públicas, estabelecimentos comerciais, hospitais, escolas, nos meios de transporte, direito prioritário para vagas de estacionamento e atendimento preferencial em diversos locais.

Com a democratização do ensino, entendeu-se que a sociedade é formada por pessoas heterogêneas, ou seja, pessoas diferentes. Cada um com suas habilidades e limitações, as quais devem ser respeitadas. O desafio que ainda persiste é que a sociedade ainda se mantém excludente e segregadora, pois há resistência para o cumprimento de leis que amparam os deficientes. Já as escolas regulares deveriam há muito tempo, preparar-se para receber estes alunos. Neste aspecto, o sistema educacional se estagnou e repete-se a mesma prática do século passado.

De acordo com Borges e Menezes (2019), no século XX, por exemplo, quando houve a inserção de alunos deficientes no ensino regular, este realizava-se

através de classes especiais. Fato que causava uma divisão do ensino, em vista que, existiam salas de ensino comum/regular, destinadas aos alunos “normais” e outras, as salas especiais, as quais eram frequentadas por alunos deficientes ou com atraso na aprendizagem. Tal organização, não contribuía para que as práticas pedagógicas fossem relacionadas, pelo contrário, fazia-se uma separação entre elas. Isolando também, o aluno que requeria um maior atendimento e o docente de Ensino Especial. Já que deveria haver um trabalho conjunto entre o professor regente da turma e o professor de educação especial.

Pode-se pensar que, esta prática conjunta entre professores, funcionários e gestores, nem sempre acontece. Muitos, não possuem informações necessárias sobre o aluno, bem como lidar com situações do cotidiano escolar, ensinar estes educandos, o que dificulta na relação entre escola e aluno. Enfim, torna-se essencial o diálogo entre os membros do corpo escolar juntamente com pais e responsáveis, para encontrar e traçar medidas, ações intencionais, pautadas no compromisso de proporcionar uma educação inclusiva. Enfim, princípios considerados básicos para o processo de inclusão.

Mantoan (2021) afirma que é preciso renovar a escola, bem como, realizar mudanças no ensino e enxergar uma escola real, composta por alunos reais. Sendo um alvo a ser alcançado e um grande problema educacional na atualidade. Segundo a autora: “[...] são muitas as frentes de trabalho, concentrando-se nossas principais tarefas em”:

- Recriar o modelo educativo escolar, tendo como eixo o ensino para todos.
- Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaço para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas salas de aulas por professores, gestores, funcionários e alunos, porque essas são habilidades mínimas para o exercício da cidadania.
- Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não exclui nem só reprova a repetência.
- Formar, aperfeiçoar e valorizar o professor, a fim de que tenha condições e estímulo para enfrentar um ensino sem exclusões e exceções. (MANTOAN, 2021, p.64)

Ao ser incluído no ambiente escolar, o educando precisa ser observado, acompanhado e através das atividades realizadas, ter a oportunidade interagir e se integrar aos demais alunos. Caso contrário, ele será um mero expectador e o trabalho em sala de aula não agregará nenhum conhecimento ao aluno. Como

também, será inviável conscientizar os demais alunos sobre a valorização da diversidade, o trabalho colaborativo e conjunto a que todos deveriam se envolver.

Conforme Xavier e Bridi (2019), o planejamento torna-se uma peça essencial, porque o ato de planejar possibilita a organização do trabalho do professor, por isso, deve ser uma prática constante. Através do planejamento é possível traçar objetivos, métodos para alcançá-los e refletir sobre os resultados obtidos. Por meio do planejamento, pode-se observar antecipadamente alguma dificuldade apresentada pelo aluno ao realizar uma atividade e buscar recursos para auxiliá-lo.

Portanto, precisa-se conhecer o aluno, quais são suas dificuldades e necessidades de aprendizagem, a fim de que, se possa atendê-lo de forma adequada. O processo de inclusão não deve ser compreendido somente com a presença do aluno deficiente em sala de aula, mas dar suporte a ele, para que possa se integrar com os demais alunos e se sentir acolhido, que faz parte daquele grupo.

Assim, é imprescindível a formação de todo o corpo escolar: professores, equipe pedagógica, funcionários, como também, conta-se com a responsabilidade e engajamento familiar/dos responsáveis. Pois trata-se de um trabalho em conjunto, que deve ser constante e ininterrupto.

Então, é necessário reconhecer que falta uma prática educacional adequada, acolhedora e que ofereça o suporte necessário para que o deficiente se sinta como parte daquele contexto. Sendo um ser ativo e participativo, que exerça seu papel na sociedade, através dos estudos, do mercado de trabalho, entre outras possibilidades; que seja efetivo e constante o desenvolvimento de suas capacidades e habilidades através das práticas de ensino-aprendizagem nas escolas.

A escola, portanto, precisa ser inclusiva. Inicialmente, não considerar que somente o fato do estar em sala já seja o suficiente para o aluno deficiente, mas, que proporcione a ele meios para progredir em suas habilidades. Identificar quais metodologias e recursos disponíveis que possam auxiliá-lo no processo de aprendizagem.

Mas, salienta-se que, a família ou responsáveis devem participar ativamente da vida escolar do aluno, pois, o conhecem muito melhor do que quem não faz parte do seu convívio familiar.

4. METODOLOGIA

Este artigo desenvolveu-se através de uma pesquisa bibliográfica. Optou-se por esta fundamentação metodológica, pois procurou-se responder o problema: Quais foram as mudanças e os desafios ocorridos na sociedade que favoreceram a obrigatoriedade da inclusão escolar?.

Desta forma, os autores utilizados como referência para a metodologia de pesquisa delinearão procedimentos básicos de como pesquisar e o que pesquisar. Assim, a pesquisa desenvolveu-se por meio da abordagem qualitativa, em vista que, buscou-se atingir o objetivo geral, no qual, consiste em abordar o processo histórico acerca da inclusão escolar e social. Bem como, os objetivos específicos, nas quais, procura-se identificar os desafios que foram e são encontrados no processo de inclusão escolar e social. Além de, propor iniciativas que podem ser tomadas para que a inclusão escolar e social seja de fato concretizada na sociedade. Enfim, por se relacionarem ao comportamento humano diante do mundo no qual está inserido e como o homem lida com o outro diante das diversidades.

Considerou-se o tipo de pesquisa científica de natureza básica, por se tratar de uma pesquisa teórica, que requer revisão bibliográfica em livros, artigos científicos, revistas e sites especializados. Quanto aos objetivos procurou-se realizar uma pesquisa exploratória, a fim de responder o problema e os objetivos acima mencionados. Quanto aos procedimentos, optou-se pela pesquisa puramente bibliográfica, já que o artigo engloba os aspectos históricos e sociais acerca da inclusão, seja ela, educacional ou social.

Pode-se citar o autor Amaral (2007), o qual aborda os pontos principais de como se fazer uma pesquisa bibliográfica. Para isso, faz um roteiro a fim de auxiliar acadêmicos e pesquisadores. A começar pela escolha do acervo bibliográfico, a acessibilidade e a ficha bibliográfica. Com relação à Pesquisa bibliográfica, o autor a define como parte fundamental do trabalho científico, porque influencia em todas as etapas da pesquisa. Para isso, deve se fazer um levantamento histórico acerca do tema, manter-se atualizado, encontrar as respostas, bem como, contradições para o tema escolhido, e inovar no tema e não repetir publicações já realizadas.

A revisão bibliográfica deve ser criteriosa, havendo necessidade de verificar os métodos que foram utilizados no artigo lido, por isso, ele deve mostrar o tipo de

delineamento. A acessibilidade bibliográfica também é um fator importante a ser definido, quais as formas de pesquisa utilizadas: manual ou eletrônica, ou seja, pesquisa em bibliotecas ou internet. Inclusive, o autor proporciona algumas fontes de pesquisa confiáveis, como é o caso do Google Acadêmico. Por fim, há a ficha bibliográfica, na qual, anota-se informações no decorrer da leitura de um artigo, a fim de, fazer uma ficha resumo do mesmo. Segundo o autor, tal ação auxilia no processo de coleta de informações, selecionar artigos que sejam mais pertinentes a sua pesquisa.

Destaca-se também, a autora Neusa Dias de Macedo (1994), a qual aborda as etapas da pesquisa bibliográfica, sendo necessário definir como realizar o artigo. A autora destaca que a importância da leitura, seleção e organização dos materiais pesquisados. Outro ponto essencial abordado pela autora se trata da comunicação, ou seja, da organização geral do trabalho e da redação, considerando-se as anotações e revisão das referências bibliográficas, elaboração do sumário, revisão e reescrita da redação até a versão definitiva de todas as etapas necessárias para a elaboração do artigo.

Sobre estes aspectos, a partir da definição do tema do artigo em questão, houve à princípio, pesquisas relacionadas ao assunto por meio de livros, artigos científicos e sites. Posteriormente, fez-se a seleção das fontes de pesquisa para embasar o trabalho, considerando os pontos mais relevantes, em vista que, o tema Educação especial possui grande abrangência. Além da acessibilidade dos textos, pois nem todos estão disponíveis à consultas pela internet, por exemplo.

No decorrer da pesquisa bibliográfica, levantou-se e anotou-se informações necessárias para responder à problematização e aos objetivos. Observou-se os autores, tidos como referência no assunto, como é o caso da autora Maria Teresa Eglér Mantoan, que aborda em seu livro *Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?*, os fundamentos e princípios básicos da inclusão escolar, e a sua importância no contexto educacional, para a formação integral e igualitária do aluno deficiente e com transtornos de aprendizagem. Também, autores que abordam as necessidades educativas especiais, relatando aspectos históricos e culturais da inclusão, desde a Antiguidade até os dias atuais, assim, destacam-se os autores Maria Teresa García e Guillermo Arias Beatón, Camila Zanata e Vanessa Cristina Treviso, Bartira Santos Trancoso, entre outros citados nas referências bibliográficas deste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho, procurou-se responder quais foram as mudanças e os desafios ocorridos na sociedade que favoreceram a obrigatoriedade da inclusão escolar. Para isso, realizou-se pesquisa qualitativa e bibliográfica sobre os acontecimentos históricos e culturais, os quais envolveram a sociedade antes de se falar em inclusão. Este retrospecto fez-se saber de que forma os deficientes e pessoas com transtornos mentais ou de aprendizagem eram vistos e tratados pela sociedade. Bem como, os desafios encontrados ao longo dos tempos. E aqueles que ainda precisam ser superados.

Durante a leitura dos textos utilizados como referências, verificou-se o quanto foi árdua a luta dos deficientes e daqueles que se envolveram em ações para que estas pessoas fossem compreendidas como seres humanos e portanto, pensantes. Em se pensar que, eram exterminadas ou banidas do convívio social. Com o surgimento de instituições de acolhimento a estas pessoas, como Igrejas, hospitais e escolas, a realidade aos poucos começou a mudar.

Mesmo com todas as transformações sociais ao longo dos tempos, pode-se dizer que a segregação ainda acontece, às vezes, de maneira imperceptível. Por meio de ações praticadas há séculos.

Salienta-se que os deficientes ou pessoas com transtornos de aprendizagem ainda são “rotuladas”, chamadas de “inúteis”, “idiotas”, “retardados mentais”, “débeis”, entre outras. Ainda, alguns são utilizados pelas mídias, para causar comoção ou para entretenimento (ser alvo de piadas e “brincadeiras”). Além daqueles que sofrem negligência ou são privados da convivência social por familiares ou responsáveis.

A inclusão seja educacional ou social, é compreendida, por muitos, como uma ação obrigatória ou sob a condição de compaixão. Deve-se, portanto, ser entendida como uma ação natural, porque o deficiente não pode ser visto como alguém digno de pena, incapaz ou que possua total dependência de outros.

É importante salientar que todos são responsáveis pela inclusão, em vista que, todos integram a sociedade, devendo respeitar as diversidades, as leis vigentes para que seus direitos possam valer, isto é, cumprindo seus deveres, a fim de que seus direitos sejam alcançados e respeitados.

Neste processo de inclusão, a escola torna-se uma peça fundamental, porque se trata, muitas vezes, do único lugar que o deficiente pode ter contato com outras pessoas fora do seu ambiente familiar.

Então, conclui-se que, as leis vigentes para assegurar a educação, o trabalho, a participação dos deficientes nas questões sociais devem ser encarados como um grande progresso conquistado. Todavia, ainda falta conscientização, a fim de que tudo o que foi alcançado, não retroceda. Torna-se imprescindível que aconteça o que é justo; proporcionar as mesmas oportunidades a todos e aprimorar as conquistas já alcançadas. Por outro lado, reconhece-se que a própria legislação precisa ser constantemente reformulada e que sejam ofertadas formações/palestras para professores, funcionários e gestores; e também, para outros setores, sobretudo conscientizando-os da importância que cada um possui nesta jornada.

Ao longo deste artigo, observou-se o quanto o tema inclusão é abrangente e que a educação torna-se um meio essencial para que a inclusão aconteça. Além de, encontrar-se sempre em transformação, assim como a sociedade, a qual precisa olhar de forma mais atenta e consciente as questões relacionadas ao assunto. Não se trata de fazer ações caridosas e por obrigação se valer as leis, mas, conscientizar-se de que o deficiente deve ser tratado com igualdade.

Portanto, a inclusão é um tema essencial para que todos tenham os mesmos direitos e oportunidades e que não deve ser esgotado, pois necessita de discussões, de constantes mudanças. Com isso, pode-se atribuir novas abordagens e perspectivas sobre o assunto, por isso, permite dar-se continuidade em pesquisas e trabalhos futuros.>

REFERÊNCIAS

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Ceará: Universidade Federal do Ceará, 2007. 21 p.

BORGES, Leticia de Lima; MENEZES, Eliana da Costa Pereira de. **Políticas Inclusivas e a Significação das Práticas de Educação Especial na Escola Comum**. Publicado em: **Práticas Educacionais Inclusivas na Educação Básica**. Organizadoras: PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. Santa Maria/RS: FACOS – Universidade de Santa Maria (UFSM), 2019.

BRASIL. **Declaração de Salamanca: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Portal Mec. Salamanca/Espanha: 1994.

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília: 1996.

FOSSI, Giovana de Cássia Gonçalves. **Necessidades Educativas Especiais e a Inclusão Escolar.** Faculdade Capivari. Capivari de Baixo/Santa Catarina: 2010.

GARCÍA, Maria Teresa; BEATÓN, Guillermo Arias. **Necessidades Educativas Especiais – desde o enfoque histórico-cultural.** São Paulo: Linear B gráfica e editora, 2004.

GERALDO, Ana Paula; BONASSINA, Ana Lúcia Berno; BANAS, Júlia Cristina Bazani. **Inclusão escolar: uma realidade inacabada.** Educere – XIII Congresso Nacional de Educação. PUC/PR: 2016. ISSN 2176-1396.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica – Guia do Estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa.** 2ª ed. revista. São Paulo: Edições Loyola, 1994. 59 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?.** 4ª reimpressão. São Paulo: Summus Editorial, 2021.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **Deficiência Mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional.** Universidade de São Paulo – Instituto de Psicologia/Curso de Pós-graduação em Psicologia. São Paulo: 1995.

PAPA, Fernanda; VIÉGAS, Sílvia A. G.; ZAMOR, Anderson V.; **Inclusão: uma mudança no olhar da comunidade escolar para a construção de uma escola melhor inclusiva.** CAPE – Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – Boas Práticas na Perspectiva da Educação Especial Inclusiva. Vol.1. São Paulo: 2015.

RODRIGUES, O. M. P. R.; CAPELLINI, V. L. M. F. **Fundamentos históricos e conceituais da Educação Especial e inclusiva: reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade** (2014). Disponível em: http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155246/1/unespnead_reei1_ee_d01_s03_texto02.pdf acesso em 25/07/2021.

SILVA, Otto Marques da. **A epopeia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e hoje.** São Paulo: Dedas, 1998.

TRANCOSO, Bartira Santos. **Deficiência Intelectual: da eliminação à inclusão.** 1ª edição. Curitiba: Editora Intersaberes, 2020.

XAVIER, Máira da Silva; BRIDI, Fabiane Romano de Souza. **Práticas Pedagógicas Inclusivas: aproximações entre a Educação Especial e Educação Matemática.** Publicado em: **Práticas Educacionais Inclusivas na Educação Básica.**

Organizadoras: PAVÃO, Ana Cláudia Oliveira; PAVÃO, Sílvia Maria de Oliveira. FACOS – Universidade de Santa Maria (UFSM). Santa Maria/RS: 2019.

ZANATA, Camila; TREVISO, Vanessa Cristina. **Inclusão escolar: conquistas e desafios**. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade. Bebedouro/São Paulo: 2016.